

# DO VELHO CHICO AO CANGAÇO: A CONSTRUÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO PIRANHAS NO SERTÃO ALAGOANO

Wanderson José Francisco Gomes

*Neste trabalho, considera-se a apresentação de fatores determinantes para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Piranhas, localizada no sertão alagoano, enquanto destino turístico ecológico e histórico-cultural. A partir de consultas teórico-bibliográficas, a seguinte análise propõe uma discussão em torno da recente profissionalização turística do estado brasileiro e suas estratégias de regionalização, que buscam criar mecanismos para o progresso de produtos alternativos ao segmento Sol e Mar.*

## Introdução

A cidade de Piranhas, fundada em 1887 e localizada no sertão alagoano, notabilizou-se pelo estilo arquitetônico predominantemente neoclássico. O município, com população estimada de 25.298 habitantes (IBGE, 2017),<sup>1</sup> foi gratificado como um dos conjuntos arquitetônicos mais preservados do país. Seu sítio histórico e paisagístico foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sendo acrescentados o distrito de Entremontes e um trecho de 13 km do Rio São Francisco. Na área tombada (que inclui mil imóveis) estão Estação Ferroviária (hoje,

Museu do Sertão), Torre do Relógio, Igreja Nossa Senhora da Saúde, Palácio Dom Pedro II e o cemitério.<sup>2</sup>

Além do processo de patrimonialização e da exploração econômica em torno dos cânions do São Francisco, a cidade de Piranhas também tratou de identificar em sua biografia a história do cangaço, que figura como um dos fatores determinantes para justificar as visitas – notadamente, o desfecho de Virgulino Ferreira da Silva (Lampião), Maria Bonita e mais nove cangaceiros, mortos na Grota do Angico, no município sergipano de Poço Redondo

(200 km da capital Aracaju), tendo suas cabeças expostas na escadaria do prédio da atual Prefeitura Municipal de Piranhas, após perseguição pelas forças policiais em 28 de julho de 1938.

Na reunião desses elementos naturais, patrimoniais e intangíveis, e percebendo a prática turística como preponderante para esse município alagoano, o presente trabalho busca percorrer algumas condições sociais determinantes para a elaboração de Piranhas enquanto destino turístico, elencando como norteadora uma pergunta central: quais fatores políticos e sociais foram cruciais para descortinar uma nova organização turística na cidade de Piranhas? E mais: qual o papel de instituições público-privadas nesse contexto?

Tem-se como hipótese que a construção da usina hidrelétrica de Xingó, associada às posteriores políticas estatais de regionalização, foi crucial à turistificação de Piranhas e dos municípios circunvizinhos.

### **Destino Piranhas e os agentes estatais de mercado**

De acordo com Santos (et al. 2016), a relação da região do Baixo São Francisco com o turismo se dilata ainda na década de 1950, com a construção das usinas hidrelétricas, e, com maior vigor, na década de 1990, com a usina hidrelétrica de Xingó, alterando a paisagem e a geografia locais. Assumia o turismo papel decisivo na tríplice fronteira que obedece Bahia, Sergipe e Alagoas. O fato ressignificou os usos para o Rio São Francisco, anteriormente utilizado prioritariamente para a prática da pesca, que hoje ainda desponta como uma das

atividades econômicas mais significativas de Piranhas, junto ao turismo.

A construção de Piranhas enquanto destino passa, portanto, pelos olhares do “Velho Chico”, segundo Santos (et al. 2016, p. 53):

O “Velho Chico”, como é comumente conhecido, é um testemunho de transformações geográficas, socioeconômicas e culturais. É lugar de construção diária da vida ribeirinha que firmam e fortalecem as histórias locais. Lugar de mudanças na paisagem por ações antrópicas ou intempéries naturais. Lugar onde a história do cangaço tomou corpo e assume a identidade cultural da região. Às margens do rio, nos estados de Sergipe, Bahia e Alagoas, a saga do Cangaço é contada e recontada para cada novo turista, conferindo a toda uma cadeia de empreendimentos uma oportunidade de desenvolvimento, tendo o turismo como agente impulsionador.

Podemos previamente indicar que a formação dos cânions criados em razão do represamento das águas do São Francisco foi ponto-chave para desencadear a formatação do produto Piranhas e a exploração comercial da região a partir da década de 1990, quando o rio passou a ser acessado em catamarãs, iniciando uma intensa procura de visitantes e dando origem a um sistema de motivações baseado na experimentação do consumo subjetivo do lugar (MAIA, 2011), que viria a se imbricar com os cenários referentes ao cangaço enquanto produto histórico, elevando Piranhas à condição de destino turístico.

O processo ganha contornos complexos após a participação incisiva das instituições

públicas como agentes estatais de mercado (MAIA; GOMES, 2015), corroborando uma postura que passa a atuar de maneira contundente na estruturação de destinos turísticos, respaldado por planos de médio e longo prazo, no uso de marcos regulatórios e projetos organizacionais ambiciosos.

Nessa seara, os *agentes estatais de mercado* instauram uma pedagogia do novo empreendedorismo e dissipam uma ética de competitividade entre os próprios agentes estatais regionais e locais, vislumbrando no Plano Nacional de Turismo (PNT), lançado em 29 de abril de 2003 (ano de formalização de um Ministério do Turismo), o principal documento regulatório que visualiza as mais destacáveis potencialidades turísticas, almejando incluir o Brasil no mercado competitivo mundial.

Destarte, com as versões posteriores do PNT, se afunila o objetivo de regionalização e melhoramento dos serviços turísticos, bandeiras que passam a ser introduzidas nas pautas regulares do ministério. Caudatária dessa nova conduta profissional do turismo nacional, Piranhas passa a despontar como uma das mais importantes cidades turísticas de Alagoas, requisitando sua participação na história do cangaço e utilizando tal elemento como economicamente rentável.

Sendo assim, as etapas de regionalização passam a buscar uma descentralização do turismo nacional, ampliando o leque de destinos, aperfeiçoando potenciais turísticos, organizando regiões por segmentos e priorizando a capacitação de serviços e

infraestrutura. A proposta pôs em formação um complexo e multifacetado mapa turístico, que, de 2003 até 2012, contava com 3.635 municípios organizados em 276 regiões turísticas (PNT, 2013-2016).

### **Política de regionalização: a formação de um destino alternativo**

A recente profissionalização turística nacional demanda uma série de ações voltadas para a melhoria de serviços e infraestrutura. Esse foi o perfil implantado no Nordeste, sob orientação de uma política desenvolvimentista, a exemplo da perspectiva autossustentável da atuação do Banco do Nordeste (BNB) e do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), que propuseram um planejamento participativo envolvendo uma vasta rede de relações, com instâncias públicas e/ou privadas.

O megaprojeto é fruto da integração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco do Nordeste (BNB) e das parcerias firmadas entre Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Ministério do Turismo, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Comissão

**Caudatária dessa nova conduta profissional do turismo nacional, Piranhas passa a despontar como uma das mais importantes cidades turísticas de Alagoas.**

de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE), bem como estados e municípios. Visa a investimentos para que regiões-alvo melhorem seus desempenhos de competitividade, indicando treinamentos a partir do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), por exemplo.

Em Alagoas, a profissionalização do governo brasileiro no segmento do turismo fez com que sua Secretaria de Turismo se concentrasse em uma nova fase de organização dos produtos, realizando um minucioso mapeamento para identificação, por exemplo, das cidades históricas, como Marechal Deodoro, Penedo e Piranhas, sendo aportado recurso pelo Ministério da Cultura (o que resultou no tombamento já destacado), que tem participação fundamental na construção do destino piranhense. O mapeamento passou a ser respaldado por um documento que buscou nortear e regulamentar as ações turísticas no estado, lançado em 2013: o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Alagoas.

Atualmente, o mapeamento sofreu alterações, caindo de 50 para 28 o número de municípios participantes de suas regiões turísticas, entre as quais Piranhas figura no Caminhos do São Francisco, com os municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado, Pão de Açúcar, Penedo e Piaçabuçu.<sup>3</sup> As regiões delimitadas no mapa turístico de Alagoas são: Agreste, Caminhos do São Francisco, Costa dos Corais, Lagoas e Mares do Sul, Metropolitana e Quilombos (MTUR, 2016). Essa ação de delimitação tende a dar maior visibilidade aos potenciais turísticos e determinar ações específicas, desde que se sinalizem suas demandas.

A cidade de Piranhas, em seu esforço para estruturar um produto voltado para o turismo ecológico e histórico-cultural, representa, portanto, uma alternativa socioeconômica para o estado de Alagoas, que notadamente se concentra na tipificação Sol e Mar, com ênfase na procura de hospedagens em sua capital, Maceió.

Em particular, a emergência do turismo alagoano fica por conta de que, ao contrário do fomento das práticas alternativas ocorridas em outros estados, em Alagoas, o turismo não se desenvolve através da mediação dos patrimônios e das manifestações culturais situadas, sendo este um dos impasses dessa atividade em Alagoas. Tal problemática deve ser aprofundada a partir de dois movimentos: o primeiro se refere às possibilidades de ser o turismo uma das possibilidades de desenvolvimento do estado, e o segundo, atrelado ao primeiro, diz respeito às negativas consequências no que se refere à total dominância do atual modelo turístico e de seus impactos no que se refere ao desenvolvimento local (BEZERRA; VASCONCELOS, 2012, p. 118-119).

O município se insere numa recente discussão para que o Estado utilize outros recursos e segmentos turísticos, tanto como forma de desobstruir praias (objetivo original das regionalizações) quanto para garantir a sustentabilidade e a renovação dos produtos e serviços oferecidos, além de envolver populações periféricas na cadeia econômico-produtiva do turismo.

### Considerações finais

A cidade de Piranhas pode ser observada como um exemplo de relativo sucesso, seguindo ricas referenciais identitários sertanejo-alagoanos e estimulando a criatividade em torno de seu acervo histórico e cultural ligado à arquitetura colonial, sobretudo após a construção da usina hidrelétrica de Xingó, ainda na década de 1990, que concedeu nova funcionalidade ao Rio São

Francisco, redesenhando e consolidando seu espaço geográfico.

O município obteve êxito principalmente no uso de um fato de relevância nordestina e nacional: o cangaço, podendo ser mais bem identificado após um processo de regionalização e turistificação que passou a pautar as ações do Ministério do Turismo em território nacional nos últimos 15 anos, gerando uma efervescência nas organizações público-privadas, que perceberam, então, oportunidades de diversificação, dinamização e mobilização de outros destinos economicamente viáveis em regiões sem o aporte de Sol e Mar.

Piranhas reflete o papel dos *agentes estatais de mercado* que adequaram políticas ministeriais em seus cotidianos administrativos, gerando a mercadologização territorial a partir da delimitação das potencialidades. Isso ofereceu a Piranhas e à sua população um contexto fecundo de apropriação de uma nova economia, para além do agronegócio. **OBS**

 **Wanderson José  
Francisco Gomes**

É graduado em ciências sociais e mestre em sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). É secretário da Unidade Regional de Alagoas da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Abecs). Pesquisa políticas públicas, políticas culturais, políticas de turismo e mercados turísticos e culturais no Brasil.